

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DAS BASES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1964-1979*

RÔMULO CARVALHO CRISTALDO**

Resumo

O artigo faz uma avaliação do papel do Estado para a formação das bases que levaram a indústria brasileira de construção civil à internacionalização, partindo da noção de administração política. Chega-se ao resultado que a composição de um arranjo sociometabólico para a acumulação e concentração de capital — o que entendemos como administração política do modo de produção capitalista —, foi determinante para construção de um ambiente propício para a internacionalização.

Palavras-chave: Internacionalização de capital; Arranjo sociometabólico; Análise do sistema-mundo; Administração Política.

Abstract

This article evaluates the role of the State for the formation of the bases that led the Brazilian construction industry to its internationalization process grounded on the notion of political administration. Gets the result that the composition of a sociometabolic arrangement for the accumulation and concentration of capital — what we understand as political administration of the capitalist mode of production —, were determinant to building an environment that reached to internationalization.

Keywords: Capital internationalization; Sociometabolic arrangement; World-system analysis; Political Administration.

A sociedade brasileira, no último quartel do século XX, assistiu a transformação de uma importante indústria que, de característica regional, passou a alçar voos cada vez mais altos em direção a mercados internacionais:

* Este artigo foi baseado principalmente em alguns resultados encontrados durante a elaboração da dissertação elaborada pelo autor para obtenção do título de mestre em administração na Escola de Administração da Ufba, em 2011. Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

** Doutorando em Administração (Ufba). Mestre em Administração (Ufba). Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior (Faculdade São Bento da Bahia). Bacharel em Administração (Ufba).

a indústria de construção civil. Notadamente, a partir do governo militar, essa indústria alcançou um processo exponencial de crescimento e acumulação o qual culminou, ao final do século, numa ampla internacionalização de suas maiores empresas — sobretudo das que tiveram a oportunidade de se associarem ao Estado brasileiro e participar dos grandes projetos nacionais de desenvolvimento.

De acordo com a exposição de Campos (2008), a internacionalização das empresas brasileiras de construção começou a partir do final da década de 60 e início da década de 70: a primeira firma a se aventurar nos mercados internacionais teria sido a construtora Mendes Júnior, que edificou uma usina hidroelétrica na Bolívia entre 1969 e 1970. Desde então, as maiores empresas nacionais de construção civil passaram sistematicamente a operar negócios no exterior, tornando esse nicho importante fonte de receitas. “A empresa-líder desse processo, a construtora Norberto Odebrecht, já teve obras em trinta países do mundo e, atualmente, tem 80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior, índice inédito no Brasil” (Campos, 2008, p. 6).

No entanto, esse processo de internacionalização não ocorreu sem um devido desenvolvimento pregresso que o fez possível. As empresas não surgiram na década de 1980 para se internacionalizar como numa decisão lógica de desenvolvimento do capital. Parece-nos que a articulação capital/Estado no Brasil durante o período marcado pelo governo militar exerceu um papel determinante para a construção das condições necessárias que levaram a indústria a se internacionalizar, sem a qual o processo não teria sido articulado. Isso leva à necessidade, obviamente, de se debruçar sobre a participação estatal no processo.

Podemos, então, precisar o objeto da pesquisa que aqui se inaugura como: o papel do Estado na composição das bases para o processo de internacionalização da indústria brasileira de construção civil, constituídas entre 1964 e 1979. Então, este artigo se orientou a partir da questão de *qual foi o papel do Estado na promoção entre 1964 e 1979 na composição das bases para o processo de internacionalização da indústria brasileira de construção civil?*

Em nosso entendimento, entre outros fatores, o Estado brasileiro entre 1964 e 1979 auxiliou a formar as bases que levariam a indústria brasileira de construção civil à internacionalização nas décadas seguintes diretamente a partir da promoção, no Brasil entre 1964 e 1979, de um arranjo

sociometabólico de gestão da relação entre Estado/trabalho/capital que fosse propício para a acumulação e centralização de capital.

O presente artigo se propõe a tratar desse processo a partir de uma abordagem histórica, buscando fontes de dados secundários em sua maioria, no intuito de lançar luz sobre o processo de formação das bases necessárias para a internacionalização da indústria brasileira de construção civil.

A seguir o artigo se divide no intuito de chegar a estes objetivos em três partes principais, mais as considerações finais: (1) num primeiro momento estabelece-se uma leitura do processo de internacionalização, destacando elementos teóricos no que dizem respeito à participação do Estado como arranizador do aparato estrutural para seu desenvolvimento; (2) a seguir se expõe uma interpretação do arranjo sociometabólico do capital no Brasil entre 1964 e 1979, destacando as mudanças na política externa que auxiliaram no processo de internacionalização da indústria.

Bases para a internacionalização de capital

O processo de internacionalização de capital vem sendo estudado a partir de diferentes arcabouços teóricos e bases conceituais. Do ponto de vista neoclássico, o qual toma por objeto a firma individual, a internacionalização é mero resultado da decisão racional — ou limitadamente racional — tomada com o objetivo de maximizar (Gonçalves, 2002). A teoria de internacionalização dominante, que surge dos estudos da Escola de Upsala, não contradiz essa abordagem neoclássica, apenas se acrescentando a ela ao propor diversos caminhos para a internacionalização das firmas — seja evolutivo linear, condicionado a redes internacionais ou empreendedor —, o que alguns autores vão classificar como uma teoria comportamental da internacionalização da empresa (Björkman & Forsgren, 2000).

No entanto, Cristaldo (2011), resgatando os trabalhos sobre internacionalização de Christian Palloix (1974) e Stephen Hymer (1978), afirma que as abordagens centradas na firma deixam de lado o caráter coletivo do processo de internacionalização de capital. A partir da observação do processo de internacionalização da indústria brasileira de construção civil, é possível observar como este se dá a partir de uma dinâmica que envolve toda uma indústria, e não somente firmas isoladas, e que é preciso, portanto, voltar-se para o coletivo de empresas e os determinantes de seu processo de internacionalização. Além disso, também a partir dessas referências,

defende que a internacionalização de capital não é meramente o resultado de uma decisão, mas uma exigência estrutural do próprio desenvolvimento do processo de acumulação/centralização de capital: chega-se a um estágio em que, ou o capital personificado em um coletivo industrial busca se internacionalizar, ou este deixará de existir.

Nesta seção, ao discutir as bases para internacionalização de capital, parte-se dessas duas premissas de que esse processo é coletivo, atinge um grupo de organizações articuladas em uma indústria, e é uma necessidade imposta ao capital em dado momento histórico. A seguir, elencamos teoricamente que passos são necessários para que o capital se internacionalize, ainda que não os consideremos suficientes, a partir da concepção marxiana de capital.

Marx não chegou a elaborar uma teoria da empresa transnacional, pois em sua época esse fenômeno apenas começava a se formar — a principal característica de seu método materialista dialético-histórico é a exigência da análise de processos históricos concretos — mas compreender que o capital é algo naturalmente internacional. E, tomando isso por base, elaborou uma completa análise do processo de acumulação e valorização do capital no trabalho intitulado *O capital* (Marx, 1996).

Marx (1996) segue o seguinte raciocínio: no modo de produção capitalista, o capital é seguidamente investido e reinvestido no processo produtivo para se valorizar e aumentar seu estoque e sua capacidade de autor-reprodução; a cada reinvestimento, num ciclo de reprodução ampliada, o estoque de capital aumenta, incrementando sua capacidade produtiva e conseqüentemente forçando a necessidade de realização de cada vez mais produto; associado a esse processo, se intensifica outro, de centralização de capital, no qual algumas empresas deslocam as demais, assumindo assim suas atividades e incrementando sua escala. Para esse autor, historicamente, a empresa teria nascido pequena, crescido primeiro regionalmente, depois nacionalmente, para então avançar para o plano internacional, graças ao seguido e reiterado aumento do estoque de capital. Movimento esse, porém, não linear, mas entrecortado dos complexos ir e vir da concorrência, paralelamente marcado por avanços e retrocessos, bem como fusões e aquisições, desmontando a sensação de estática que pode advir da explicação aqui elaborada (Marx, 1996).

O modelo de internacionalização que emerge a partir de desdobramentos da análise marxiana acerca da economia capitalista envolve a obser-

vação de que, primeiro, há um momento de acumulação primitiva de riqueza (Marx, 1996); ao que se segue uma incursão no modo de produção capitalista, quando aquele montante de riqueza é empregado na incorporação direta do controle sobre o processo produtivo, empregando a racionalização do trabalho para formação e realização de mais-valia. Essa passagem para uma produção tipicamente capitalista faz surgir um aparato superestrutural composto por instituições — leis, costumes, organizações — que oferecem suporte para seu desenvolvimento, historicamente formalizados no Estado. Aquela racionalização do trabalho gera escala e escopo mais do que suficiente para atender aos mercados locais, então o capital se aventura para mercados cada vez mais distantes ultrapassando assim as fronteiras do próprio Estado (Luxemburgo, 1984).

O duplo processo de acumulação e centralização de capital se impõe como premissa para a internacionalização. O expandir-se do capital em direção aos mercados externos pode ser arrolado como um dos caminhos oportunos para a expansão da atividade produtivo-distributiva, e a continuidade da reprodução de suas relações.

Karl Marx (1996) afirma que a manutenção do modo de produção capitalista depende do incremento contínuo da acumulação de capital, possível principalmente através da sua reprodução ampliada. Isso significa tanto um crescimento ininterrupto de escala produtiva, já que cada vez mais capital é aplicado no processo produtivo a fim de valorizar-se, como, do lado da realização da mercadoria, uma expansão cada vez mais rápida e abrangente da quantidade e variedade dos mercados consumidores.

Essa expansão de mercados se dá em duas dimensões: de um lado, o capital busca um número maior de clientes desejosos de adquirir aqueles bens, e, do outro lado, volumes de capital vão sendo aplicados a cada vez mais diversos setores, trazendo para dentro do círculo de influência do capitalismo os mercados externos. Ou seja, além de buscar novos mercados, o capital ainda prospecta novos ramos industriais, comerciais e de serviços os quais possam ser explorados para reiniciar o ciclo de acumulação/valorização. Com o passar do tempo, o estoque de capital acumulado pela indústria se torna excedente a ponto de os capitalistas então se arriscarem para além das fronteiras institucionais dos Estados-Nação, e assim prospectar negócios em países vizinhos e até mesmo além-mar (Marx & Engels, 2007).

A centralização se caracteriza pelo aumento do volume de capital por duas vias: da (a) anexação — compra direta de outras empresas pelos

capitalistas —; ou *(b)* da fusão e formação de sociedades anônimas (Marx, 1996, vol. 2). Diferentemente da concentração, que é a reunião continuada de capital sob a propriedade de um capitalista pela via exclusiva, e por vezes demorada, da reprodução ampliada, a centralização se dá no seio do processo concorrencial intercapitalista, no qual os muitos capitais vão se articulando ou, como alternativa, sendo deslocados dos mercados.

Tais processos, obviamente, dependem de um aparato institucional que se materializa no Estado formando uma unidade sociometabólica de reprodução (Mészáros, 2002). E, ainda, esse processo de internacionalização depende da integração dinâmica, e conseqüentemente contraditória, a um sistema-mundo amplo no qual exercerá um papel específico sem o que não poderia se sustentar (Braudel, 1996).

O aparato sociometabólico do capital

Os processos descritos anteriormente, *(a)* acumulação através da valorização em reprodução ampliada e *(b)* centralização de capital, não ocorrem de maneira aleatória. Como já foi dito, dependem de uma conjunção de fatores sociais, políticos e econômicos que sejam capazes de prover as instituições e estruturas necessárias para sua reprodução e legitimação. Ou melhor, a existência concreta dos processos descritos surge, como em sincronicidade dinâmica, em um aparato orgânico que sustenta sua reprodução (Marx, 1996; Mészáros, 2002). Esse processo social será referido no presente trabalho a partir da noção de sistema de “reprodução sociometabólica do capital” (Mészáros, 2002, p. 94).

Chama-se de aparato de reprodução sociometabólica do capital o conjunto das relações sociais, instituições, estruturas e formas de consciência as quais permitem uma articulação relativamente harmônica entre os três elementos necessários para a reprodução histórica dos processos de acumulação e centralização tipicamente capitalistas: capital, trabalho e Estado (Mészáros, 2002).

Segundo Mészáros, a “ordem sociometabólica do Capital” (2002, p. 95) é fundamentada na necessidade de que o capital precisa exercer controle sobre o trabalho tanto para formação de excedente a ser apropriado em termos de mais-valia, como para garantir sua realização. Esse controle é direto quando realizado dentro do processo produtivo, para o que a organização empresarial foi criada (Marglin, 2001). Mas também, e não

menos importante, trata-se de um controle social — esta função exercida pelo Estado, como uma instituição estruturante que intermedeia interesses com fins de manutenção sistêmica do processo amplo de acumulação e centralização (Mészáros, 2002).

O sociometabolismo do capital compreende, na interpretação de István Mészáros (2002), a existência de (1) uma estrutura de comando que constitui uma trama de correlações de dever e resultado que interconecta trabalhadores de diferentes níveis, sempre com fins de assegurar os interesses de manutenção do equilíbrio sistêmico do modo de produção. Também delimita (2) as oportunidades individuais, a partir de uma estrutura hierárquica pautada na divisão funcional trabalho. E, principalmente, (3) correlaciona a Economia e a Política sem precedente histórico, de tal modo que esta segunda se torna uma extensão subordinada dos imperativos da primeira. Assim “[. . .] o Estado moderno imensamente poderoso — e igualmente totalizador — se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (Mészáros, 2002, p. 98).

É possível dizer, portanto, que os processos de acumulação e centralização de capital necessitam estruturalmente da presença da instituição Estado. E mais, da leitura de István Mészáros (2002) compreende-se que não necessariamente o Estado está a serviço do capital de uma maneira simples e subordinada. Ou seja, nem sempre é lícito afirmar que os capitalistas de uma nação exercem controle direto e absoluto sobre o aparato jurídico-político. Esse também pode servir ao equilíbrio sistêmico do modo de produção capitalista atuando contra, até mesmo, os interesses diretos das classes dirigentes locais, forçando a transformação das relações sociais internas a uma nação “subdesenvolvida”, no sentido de constituir assim uma maior integração ao plano do capitalismo mundial.

Administração política e aparato socimetabólico

A expressão *administração política* não é inédita, nem tampouco novidade. É, por exemplo, mencionado por Giorgio Pastori (1998) no dicionário de política organizado por Noberto Bobbio, e também por Alberto Guerreiro Ramos (1983) quando trata de elementos políticos dentro da organização, e mesmo por João Ubaldo Ribeiro (2006) em um trabalho quando este ainda era professor da Eaufba. Para Pastori, o termo apontava

para a gestão das ações políticas — no sentido da promoção de eficiência na articulação entre os interesses nos processos da política partidária. Guerreiro Ramos trouxe a discussão de “administração e política” com o significado abrangente de que os processos de administração das organizações são eminentemente políticos, pois envolvem articulações de interesse, conflitos e outras categorias tipicamente estudadas na ciência política. Assim, alerta para o fato de que, na sua visão, a gestão organizacional não poderia isentar-se dos jogos de poder. No entanto, na década de 1990, a terminologia *administração política* ganhou um significado muito particular no trabalho de Reginaldo Santos (1993).

Para Santos (1993) haveria um fenômeno ainda inexplorado localizado especificamente no espaço intersubjetivo onde ocorre a articulação entre a sociedade, suas demandas materiais, a gestão estatal e a execução de projetos para atingi-las, que transcenderia essas concepções de administração e política anteriormente citadas. Santos, partindo do pressuposto de que o Estado tem o papel de assegurar o conforto material da sociedade, usou a expressão *administração política* para denominar a gestão do Estado em busca de atingir estas demandas sociais (1993); argumenta que, por exemplo, há na proposição gestão macroeconômica keynesiana uma evidência de que a sociedade emprega diferentes maneiras de *administrar* o Estado para atingir coletivos mais amplos (Santos, 2008).

No entanto esse autor apenas percebe que existe coerência gestorial da economia capitalista a partir do Estado, e a isso confere o verdadeiro significado da expressão *administração política*. No entanto, esse fenômeno em específico de fato não escapou das atenções da academia, como atestam os trabalhos da escola da regulação francesa (Boyer, 1990), bem como os textos de Nicos Poulantzas (1977), Ralph Miliband (1972), István Mészáros (2002), entre outros. Ou seja, na concepção de administração política de Santos — de que há uma coerência gestorial na organização macrosocial a partir do Estado — não há elementos novos para a compreensão do modo de produção capitalista; este apenas defende o fato de que tais compreensões acerca da coerência gestorial do Estado deveriam ser objeto da Administração como campo de ciência.

No texto produzido por Cristaldo & Pereira (2008) se encontra mais um modesto avanço. Partindo da proposta de Santos, eles concebem que as coerências gestoriais não podem ser limitadas à atuação do Estado, e sim são de ordem mais geral abarcando as muitas esferas da sociedade civil

e política. Além disso, notam, a partir de uma leitura tanto das transformações da gestão fabril no século XX como das mudanças gestoriais da articulação Estado/empresa contidas na análise de Giovanni Arrighi (1996) acerca da dinâmica capitalista de longo prazo, que tais coerências não se expressam somente quando há um projeto explícito de gestão social como parece ser característica do capitalismo organizado.

Na visão desses autores, cada classe e/ou fração de classe administra — ou propõe administrar — a estrutura social segundo uma orientação que lhe é favorável: o que leva a concluir que a hegemonia de uma classe ou fração de classe depende, necessariamente, da materialização de seus interesses em torno de um *savior-faire*. Esse *como fazer* se concretiza de maneira necessariamente imanente no modo de produção (Cristaldo & Pereira, 2008), difusos na práxis e nos instrumentos ideológicos de classe. Levando isso em consideração, propõem o seguinte conceito:

[A administração política] corresponde ao conjunto das manifestações organizativas do processo social de construção da materialidade, resultantes de ações planejadas e não planejadas, ativas e passivas, de classes e frações de classes, em determinado período histórico, no espaço societário. Trata-se de um processo concreto de sustentação de uma ordem, de execução do projeto de uma classe, mas que, sobremaneira, não está isento de conflito e de contradições, por ser, enfim, a ligadura social entre os individualizados agentes econômicos na trama do capitalismo (Cristaldo & Pereira, 2008, p. 18).²

E completam:

No âmbito do modo de produção capitalista [. . .] pode-se dizer que há uma gestão *imanente* ou *administração política “fundamental”*,

² Pode-se usar como exemplo as mudanças na orientação do poder no capitalismo dos EUA após a “era de ouro do capitalismo” (Hobsbawm, 2002, p. 255). Como aponta Eric Hobsbawm, a fração da classe capitalista norte-americana ligada às instituições financeiras encontrou na crise da década de 70 o momento ideal para impor seus interesses, e assim chegar a uma posição social que podemos considerar, não sem certa dose de coragem, hegemônica. Tais interesses se concretizaram em mudanças na forma de gerir o Estado para assegurar suas possibilidades de acumulação, dentro das quais podemos destacar: (1) a ortodoxia fiscal da gestão estatal, para garantir a valorização de títulos públicos que asseguram a lucratividade destes capitais rentistas mediante transferências de renda oriundas das demais esferas da economia; (2) a diminuição da regulamentação do Estado sobre as transações mobiliárias, que viria a propiciar a expansão da integração dos mercados financeiros internacionais e abrir caminho para o que ficou conhecido vulgarmente como globalização.

que persegue a reprodução dos mecanismos básicos de exploração que o caracterizam, seja no plano da riqueza material ou da riqueza abstrata (Cristaldo & Pereira, 2008, p. 21, grifos do autor).

A Administração Política nesse trabalho de Cristaldo & Pereira (2008) é então concebida como a **gestão das relações sociais** de produção e distribuição, ou ainda, *o projeto de mudança/manutenção de uma dada configuração material da superestrutura capitalista a partir de uma maneira particular de articular as relações sociais de produção e distribuição*, de acordo com os interesses de uma classe ou fração de classe. Como expressão da luta de classes, a administração política estaria sempre em movimento no âmbito de toda a sociedade, jamais se restringindo aos limites das organizações. Enfim, trata-se de um processo de *como fazer*, que necessariamente articula e está presente no seio da estrutura econômica da sociedade e da infraestrutura política e jurídica que se ergue sobre ela.

É possível então afirmar que os elementos de um projeto, seus objetivos (*o que fazer*), recursos necessários (*quanto*), justificativas materiais e ideológicas (*por quê*), responsáveis (*porque quem*) e beneficiados (*para quem fazer*), sempre se expressam em uma relação dinâmica com a dimensão que executa essas premissas, com o *como fazer*. Está se falando de uma expressão social em constante metamorfose, que não somente é condicionada pelas trocas dialógicas entre aquelas esferas, mas que também as condiciona. Podemos dizer que a Administração Política é, portanto, uma síntese sempre incompleta — *on going* — da própria vida material, porque se encontra no centro da contradição entre a realidade existente e a realidade esperada/projetada por uma classe ou fração de classe.

Nota-se também que as classes sociais em conflito, e talvez também as suas frações, se representariam no jogo político/econômico através de uma agenda específica, uma maneira pela qual acreditam que deve ser organizado não só o Estado, mas todo o aparato social — um projeto, ou plano estratégico para atingir seus objetivos, o qual ao longo da própria história da ciência econômica ganhou a denominação de “política de desenvolvimento” (Furtado, 1983). Essas frações de uma classe incorporariam as linhas gerais da administração política de sua classe mais ampla, mas proporia inovações no sentido de melhor adequar esse aparato a seus interesses mais específicos, fazendo surgir assim as diferentes posições quanto à formação de políticas ou tomada de decisões no seio próprio da classe capitalista.

De uma mesma classe capitalista podem, portanto, emergir divisões no sentido de haver parcelas desejosas de, por exemplo, se manter uma política fiscal mais dura pelo Estado, ao lado de parcelas também capitalistas que esperam exatamente o contrário (Poulantzas, 1977; Miliband, 1972). Essas diferenças surgem da práxis, de demandas condicionadas a uma forma de gestão da empresa capitalista em sua especificidade e mesmo das outras instituições de suporte, portanto mantêm com estas uma relação orgânica. Porém, os sentidos mais gerais que dão coesão à classe não são contestados, pois dizem respeito a exatamente aquilo que a define como tal: a maneira mediante a qual aquele grupo auferir o rendimento que assegura sua reprodução material (Marx, 1988).

Essa nova interpretação para o conceito de administração política abarca a noção de ordem sociometabólica de Mészáros e a expande. Para Mészáros (2002), a ordem sociometabólica envolve as instituições, ideologias, práticas que auxiliam o tripé Estado, Trabalho e Capital a coexistir permitindo a supremacia desta terceira e última esfera sobre as demais. Isso em uma dada configuração num dado momento histórico. A questão é que essa noção em Mészáros parece levar a uma interpretação estática do modo de produção capitalista, como se a ordem sociometabólica fosse única, embora apareça em constante dinâmica interna estes elementos não se transformariam. A noção de Administração Política em Cristaldo & Pereira (2008) permite notar que cada fração das classes capitalista ou trabalhadora tem interesses que, de certa forma, entram em disputa para tentar alterar a ordem sociometabólica e dirigi-la de modo que a lógica da articulação entre Estado, Trabalho e Capital lhe seja favorável, ou mesmo inserir elementos neste tripé, alterando a própria configuração de suporte do sistema — como os *think tanks*, as ONGs, etc. Ou seja, há uma dinâmica na disputa interna pelo controle da ordem sociometabólica do capital, e essa disputa se dá comparando diferentes formas de gestão das relações envolvidas.

Se deslocarmos essa discussão para o objeto em questão neste artigo, a internacionalização de capital, é possível então compreender que, para que uma determinada indústria se internacionalize, se faz necessária a constituição de uma particular ordem no aparato sociometabólico do capital. Isso, pois, a indústria precisa de instituições, crédito, tecnologia, uma dada consciência social, inclusive padrões de consumo, articuladas de uma forma particular para que continue se expandindo. Isso constituirá, portanto,

sua — da indústria — rede de interesses sobre como o Estado deveria conduzir as relações entre si, o trabalho, o capital e quaisquer outros elementos institucionais que venham a ser adicionados a esta equação, como organismos internacionais, foros de discussão, entre outros; e se manifestará em um conjunto de “soluções” — ou *savoir-faires* — que a indústria então defenderá através de uma estrutura de *lobby*, rede de negociações, enfim. Ou seja, é tão somente mediante um *projeto de administração política* que se defende os interesses particulares de sua fração de classe.

A [necessária] inserção no sistema-mundo capitalista

Além de conjunturas internas à nação, porém, o processo de internacionalização de uma indústria também está condicionado à formação de uma conjuntura externa que, normalmente, está fora do raio de influência da indústria e de seu projeto de administração política. Segundo Cristaldo (2011), uma indústria se internacionaliza se for capaz de encontrar para si um papel no plano global da acumulação capitalista, no sistema-mundo do capital. Sistema-Mundo Capitalista seria, para Braudel (1987; 1996), o espaço dinâmico englobado pelas relações de produção e distribuição controladas a partir de um centro dinâmico que funciona como um vórtice de valor e melhor espaço para acumulação.

Porém, esse sistema-mundo capitalista de forma nenhuma foi homogêneo ao longo da história; nem tampouco um sistema-mundo significa necessariamente algo global no sentido que o senso comum pretende para a expressão. Pelo contrário, é um processo em contínua expansão e retração que integra espaços regionais de maneira desigual e hierarquizada. O centro do sistema-mundo capitalista serve como referência e padrão básico de acumulação. Trata-se de um espaço regional cujas taxas de acumulação são suficientemente interessantes para atraírem a maior parte de capital e, portanto, a passa a servir como local de decisão estratégica para coordenação e controle global de negócios (Braudel, 1996). Mas sua periferia engloba espaços cada vez menos integrados e, conseqüentemente, possuidores de menor acesso aos benefícios da economia capitalista.

Giovanni Arrighi (1996) vai mais longe ao defender que nações que exercem o papel de liderança no plano do sistema-mundo capitalista oferecem, como exemplo e também como exigência, os termos de desenvolvimento — social, econômico, político — que devem ser adotados como

modelo fundamental para integração dos espaços periféricos. Dito de outra forma, os países que pretenderem participar do ciclo amplo de valorização do capital devem adotar/copiar a via de desenvolvimento praticada pela nação referência — composta tanto por (a) uma forma de organização no plano produtivo, como (b) uma forma de articulação Capital/Estado (Cristaldo & Pereira, 2008) — ou ao menos representar um papel específico no plano global da acumulação.

O processo de internacionalização dos capitais particulares seria, portanto, uma ação em busca da integração ao plano global do capitalismo, inserção essa que dependeria da possibilidade de se exercer um papel específico no plano da divisão internacional do trabalho. E isso se daria sempre nos limites hierárquicos disponíveis, ou como uma contestação da via de desenvolvimento presentemente dominante ou hegemônica (Arrighi, 1996).

Conclui-se que uma empresa, ou setor, que se internacionalize, o faz apenas de duas maneiras: (1) encontrando, no plano global da acumulação, um papel sistêmico — esta uma integração subordinada; ou (2) como parte de uma nova via de desenvolvimento, desde que suportada por um também novo aparato institucional, cujos termos sejam claramente distintos do padrão dominante, o qual competirá com este na oferta ao capital de taxas superiores de valorização. Em outras palavras, ou se adere ao atual padrão de acumulação capitalista de maneira subordinada, ou o contesta através da proposição de um novo padrão.

A internacionalização da indústria brasileira de construção, 1964-1970

A indústria brasileira de construção civil era, em 2008, a indústria nacional mais amplamente internacionalizada. Segundo Campos (2008), suas cinco maiores firmas formam quase 80% de sua renda no exterior, sobretudo a partir de contratos de construção pesada celebrados com governos de países em desenvolvimento da América Latina, África e Oriente Médio.

Para Cristaldo (2011) o processo de internacionalização da construção civil se iniciou ainda na década de 1960, quando a construtora Mendes Júnior realizou a montagem de uma usina hidrelétrica na Bolívia. A partir de então, as grandes empresas brasileiras, que haviam acumulado capital e *know-how* com projetos celebrados com o Estado brasileiro, passaram cada vez mais a buscar o mercado externo exportando serviços de engenharia.

A década de 1970 teria sido, segundo Cristaldo (2011), crucial para o desenvolvimento internacional da indústria brasileira de construção civil — doravante referida como IBC. Não necessariamente pelo peso do mercado internacional na composição de suas receitas, mas principalmente pelo fato de que os grandes projetos de expansão planejada da economia brasileira conduzidos pelo governo da ditadura militar demandavam maciços investimentos em infraestrutura rodoviária, de produção e distribuição de energia, portuária, aeroportuária, entre outros, auxiliando assim a IBC a acumular capital e tecnologia. Além disso, ainda segundo Cristaldo (2011), foi na década de 1970 que o Estado brasileiro passou a prospectar acordos diplomáticos com países que pudessem ser parceiros comerciais demandantes de bens e serviços providos pela indústria nacional, como é o caso da IBC. Tais acordos seriam importantes para indústria na década seguinte.

Durante a década de 1970 as características mais gerais da internacionalização da IBC já estavam presentes: (a) busca primordialmente de contratos de construção pesada, geralmente mais rentáveis e celebrados com governos, portanto com um menor risco comercial; (b) foco em países ainda em desenvolvimento, que possuíssem infraestrutura produtivo-distributiva ainda por construir. Segundo Cristaldo (2011), os países que mais demandaram serviços de engenharia da IBC foram Paraguai, Bolívia, Uruguai, Nigéria e Argélia, nesta ordem. No entanto, nesse período, a principal fonte de recursos da IBC, segundo Campos (2008), foi o próprio Estado, que respondia por mais de 50% das receitas da indústria em questão.

No entanto, no início da década de 1980, o Estado brasileiro entrou em crise fiscal. Deixando de lado os motivos da crise, que são controversos, o fato é que a capacidade de realizar inversões fixas de capital pelo governo foi comprometida (Carneiro, 1990) — o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Figueiredo não se realizou nem a terça parte (Castro & Souza, 1985) — e a IBC perdeu sua principal fonte de receitas (Campos, 2008). Depois de ter acumulado capital e tecnologia em níveis altos, e considerando a tendência geral do capital à expansão descrita por Marx em *O capital* (1996), a IBC viu como única saída para continuar existindo a sua expansão para o mercado externo. Era isso, ou implodir diante do fato de que a estrutura organizacional construída para dar assistência aos grandes planos de desenvolvimento do Estado demandava receitas que a economia brasileira não poderia prover no momento.

Impelidas pela necessidade de continuar a expansão de seu capital, e encontrando dificuldades internamente, as grandes companhias da IBC então constituíram estruturas internas — organizacionais — voltadas para prospectar negócios no exterior (Scherer, Gomes & Kruglianskas, 2009). Essas alterações organizacionais, no entanto, não foram os elementos dinâmicos de seu processo de internacionalização, como os autores anteriormente citados tentam argumentar, mas tão somente a reação da indústria diante da dificuldade e do imperativo em sair.

A Administração Política brasileira entre 1964 e 1979

De certa maneira, é comum encontrar na literatura sobre o período da ditadura militar instalada após o golpe de 1964 diversas compreensões que tendem a construir interpretações amplas do regime. Luiz Carlos Bresser-Pereira, por exemplo, alude ao período militar argumentando que este se caracterizou principalmente pela ascensão do que chamou de um “pacto tecnoburocrático-capitalista” (1998, p. 13) no controle do aparato estatal. A principal característica desse período estaria no fato de que foi possível uma associação relativamente equilibrada entre esta “tecnoburocracia” civil-militar e a classe burguesa nacional com fins de articular o desenvolvimento brasileiro. A partir disso, o autor classifica o período como dominado por um “modelo de subdesenvolvimento industrializado” (1998, p. 14) concentrador de renda e, segundo sua visão, por conta disso, não necessariamente bem-sucedido.

O ponto de mudança do regime na visão de Bresser-Pereira teria se dado a partir de 1973, quando o fim do milagre brasileiro levaria o Estado a orientar o processo de planejamento estatal num sentido diverso dos interesses que até então compunham as bases do pacto que sustentava o regime. Assim, o rompimento da associação entre a tecnoburocracia estatal e a classe burguesa teria se dado por conta da necessidade de fomentar departamentos cujos interesses (Bresser-Pereira, 1998).

Francisco Oliveira (1984), por outro lado, corrobora parte da opinião de Bresser-Pereira ao afirmar que o regime militar contribuiu para modernizar as instituições econômicas do país; mas se distancia do autor pregresso ao afirmar que tal modernização tinha o claro papel de construir o melhor ambiente possível para a acumulação de capital. Esse dado seria evidência, portanto, de que o regime militar brasileiro teria sim alcançado seus objetivos

primordiais ao produzir um modelo concentrador. Mas o caso específico demonstra a formação de uma subclasse trabalhadora, cujo papel seria a condução dos processos de gestão, esta subordinada ao capital: quiçá nem tanto ao grande capital nacional, nesta pesquisa representado pela indústria de construção civil, mas talvez principalmente ao capital internacional e seus interesses amplos.

Essas leituras totalizantes apesar de contributivas perdem, no entanto, as nuances e transformações pelas quais o regime passou naquele espaço temporal. Mesmo no curto período de tempo compreendido entre 1964 e 1979, o Estado brasileiro enfrentou mudanças não lineares; é possível enxergar fases que caracterizaram distintas lógicas de gestão e acumulação, como já ficou mais um menos explícito nas duas subseções pregressas. Não argumentamos de forma alguma que se tratou de mudanças com descontinuidade, ou momentos não relacionados entre si. Pelo contrário, acreditamos que cada etapa constituiu um passo na composição de um todo coerente, ainda que distintas em suas particularidades — cada qual impactando diferentemente na formação e consolidação da indústria nacional de construção civil. E acreditamos que se formou no período, em verdade, uma composição muito particular da relação entre Estado, Trabalho e Capital, formando uma administração política mimética a partir de demandas das frações da classe capitalistas que apoiaram o golpe e a ditadura militar, a indústria brasileira de construção civil entre eles.

A pesquisa realizada para a composição deste texto permite afirmar que, durante o período compreendido entre 1964 e 1979, duas lógicas de gestão do aparato sociometabólico do capital foram ensaiadas, ainda que não em sua plenitude — pois, obviamente, encontraram as complexidades da realidade concreta brasileira. Inicialmente tentou-se a adoção de uma via de desenvolvimento de cunho mais liberal, a qual então foi mais tarde substituída por um modelo que assumia algumas formas mais gerais de uma estrutura planejadora. Em nenhum momento, porém, o viés ideológico da composição da ação estatal no Brasil suplantou a necessidade de montar um aparato seguro para a valorização e acumulação de capital.

A concepção liberal clássica, que nasce dos trabalhos de Adam Smith e é desenvolvida por David Ricardo, Jean-Baptiste Say, Alfred Marshall, entre outros, afirma que o Estado não deve interferir no sistema econômico (Oliveira, 2004). A regulação precisa ser exclusivamente realizada através do mercado, este orientado por uma pretensa plena racionalidade dos

agentes e indivíduos que o levaria a um equilíbrio pelo mecanismo de preços. Ao Estado se atribuiria as funções marginais de assegurar um aparato legal e de segurança mínimo para a manutenção da propriedade privada do capital, e nada além. Em verdade, é possível inferir a partir da exposição de Norberto Bobbio (2000) que as demandas para manutenção de um arranjo sociometabólico do tipo liberal muitas vezes demandam um contexto político autoritário para se realizar em sua plenitude: o autor oferece como exemplo o modelo nazifascista. Segundo Bobbio, liberalismo e democracia são dois conceitos que necessariamente não dialogam entre si.

Nelson Oliveira (2004) propõe uma interpretação alternativa ao defender que o modelo liberal na prática não pode ser observado. Seria lícito dizer que nos momentos históricos, os quais foram utilizados como exemplo de existência de um arranjo liberal — como no exemplo de Bobbio acerca do nazifascismo —, existiam de fato arranjos corporatistas que mediavam os interesses particulares de frações da classe capitalista num Estado apenas nominalmente liberal.

(1) O primeiro momento do regime militar associou o general Humberto Castelo Branco, um liberal nas palavras de Elio Gaspari (2002a), a uma gestão econômica neoliberal com vieses ortodoxos, como já foi argumentado anteriormente. Essa lógica ainda sobreviveria no curto e tenso governo de Costa e Silva, já sob pressão por mudanças. A principal contribuição desse momento esteve na preparação de uma base institucional para acumulação, mas ainda a partir de uma noção de Estado típico da concepção liberal tal qual exposto por Oliveira (2004). Mas, ainda assim, e talvez contraditoriamente, esta construção de base para acumulação foi orientada por um plano amplo de intervenção governamental, o Programa de Ação Econômica do Governo — Paeg. Esse dado pode servir para ao menos aproximar a caracterização do arranjo sociometabólico dominante no período dentro da interpretação sugerida a partir de Galbraith (1982).

Se esse ensaio liberal não se consolidou num amplo arranjo sociometabólico, foi porque não ofereceu aos interesses capitalistas dominantes as possibilidades de valorização e acumulação que estes almejavam, como evidencia o trabalho de Mantega & Moraes (1979). No entanto, as mudanças na legislação comercial, trabalhista e financeira permitiram produzir um ambiente menos incerto para o investimento, ofertando assim garantias mínimas para o desenvolvimento capitalista, além de novamente atrair as atenções dos investimentos a partir dos capitais estrangeiros.

Para corrigir novamente os rumos, o Estado brasileiro então assumiu uma característica claramente mais interventora já a partir de 1967. Mas se tornaria declaradamente uma economia orientada por planos de longo prazo só na década de 1970, assumindo assim um arranjo sociometabólico mais planejado.

Segundo John Kenneth Galbraith, a ação de planejamento que caracteriza o que chama de “o Novo Estado Industrial” (Galbraith, 1982, p. 19) emerge como uma alternativa à regulação via mercado e as suas incertezas no que diz respeito à distribuição de bens e manutenção das taxas de lucratividade. Em sua exposição defende que Estados e empresas optam passar a utilizar do método de planejamento com fins de não apenas organizar o lado da oferta, mas principalmente dirigir e garantir a demanda — para o que a ideia keynesiana de ajuste da demanda efetiva por parte do Estado contribui diretamente. Ainda de acordo com Galbraith, esse tipo de arranjo se caracterizaria pela articulação entre a grande empresa capitalista de um lado e, do outro, o Estado interventor e investidor. Juntos comporiam um “planejamento industrial” (Galbraith, 1982, p. 36) ou, para usar um termo mais contemporâneo, uma *política industrial*, com fins de desenvolvimento do aparato industrial no sistema econômico em questão.

Como já foi antecipado, nesse tipo de arranjo há dois polos decisórios articulados de maneira dialógica: o Estado, dotado de uma tecnoburocracia para usar um termo caro a Luiz Carlos Bresser-Pereira (1998), a qual reúne os quadros responsáveis pela coordenação macroeconômica e as ramificações microeconômicas de um projeto de nação; e as empresas, como expressões das relações capitalistas de formação e realização de mais-valia no campo organizacional (Galbraith, 1982). Ambos os polos comprometidos com a possibilidade de programação da economia capitalista para fins de melhor valorizar e acumular capital. A esse tipo de arranjo dual entre capital e Estado através de um modelo planejador, esta pesquisa se refere como arranjo sociometabólico estatal planejado.

(2) A partir de 1970, com a ascensão da linha-dura política também emergiu a proposição de uma gestão governamental mais interventora. O Estado aglutinou e forneceu os quadros técnicos destinados a fazer as escolhas de uma política industrial mais coerente e articulada, além de orientar e conduzir as inversões necessárias no campo da infraestrutura produtiva, enquanto o capital assumiria o compromisso de investir produtivamente: um modelo dual orientado pela formação de uma burocracia para compo-

sição de um sistema de planejamento econômico, como na leitura de Galbraith (1982). Modelo esse, é preciso lembrar, pautado nas garantias de lucratividade oferecidas pelo Estado ao capital interno e estrangeiro.

Esse modelo perduraria mesmo depois que a própria linha-dura foi afastada do centro decisório, quando começou o processo de distensão, já sob o governo do general Ernesto Geisel e o II PND (Gaspari, 2003; 2004), porém a partir de bases diferentes. Se entre 1970 até 1973 o planejamento estatal, bem como o crescimento econômico nacional, esteve ancorado na expansão do departamento III da economia, a partir de 1974 até 1979 se encontraria no departamento II o foco dos planos do governo. Apesar da articulação capital/Estado através de um processo de programação econômica ver mudar seus principais atores, esta se manteve como lógica primordial do arranjo dominante.

Também a orientação da política externa brasileira apontou para uma conversão aos interesses de valorização e acumulação de capital, dado que a diplomacia foi orientada à prospecção de negócios de maneira pragmática. Segundo Cristaldo (2011) os acordos de comercialização com o mundo ocidental, socialista e neutro destacam o fato de que a ideologia política foi sobreposta pela necessidade de expansão de mercados.

Tais peculiaridades visavam principalmente manter um aparato propício para acumulação capitalista, como defende Oliveira (1984). Segundo esse autor, a utilização de algum nível de programação econômica, proteção da indústria nascente ou abertura ao investimento estrangeiro, não tinha o objetivo idealizado por um Celso Furtado de desenvolver a nação, mas sim de construir bases e garantir a acumulação. Mas, como argumenta Gaspari (2003; 2004), foi preciso renegociar os apoios ao governo militar, o que impactou em diferentes escolhas de foco no que diz respeito a qual departamento da economia receberia os privilégios; escolhas essas que, inclusive, impactaram no papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

É possível dizer que, apesar do breve ensaio de um arranjo sociometabólico neoliberal, durante o período que compreende a delimitação temporal do objeto desta pesquisa prevaleceu um arranjo planejado. Ou melhor, talvez seja ainda mais correto afirmar que o arranjo sociometabólico brasileiro no período constituiu um sistema mimetizado e pragmático que não pode ser classificado nem como liberal, nem tampouco como planejado, pois as características contraditórias da estrutura socioprodutiva brasileira necessitavam dos ajustes sugeridos tanto por um como pelo outro.

Considerações finais

Como foi anteriormente descrito, a internacionalização de capital precisa, de certa forma, da constituição de bases nacionais que ofereçam a estrutura necessária para seu desenvolvimento. No caso da indústria brasileira de construção civil, como se argumentou previamente, tais bases se constituíram a partir do Estado Nacional e da formação de um arranjo sociometabólico mimético que deu suporte a sua consolidação entre 1964 e 1970.

No período, pudemos constatar que o Estado no Brasil primeiro manteve um aparato institucional favorável para a acumulação de capital, sobretudo graças ao regime repressivo da ditadura militar, o qual se expressou em tipo particular de Administração Política do arranjo sociometabólico de característica predominantemente planificada. No entanto, como foi exposto, esse seria permeado também por reformas e instituições típicas de um arranjo liberal, compondo assim, em termos práticos, um sistema misto adaptado às necessidades e demandas das classes capitalistas aqui atuantes.

Assim, é possível então afirmar que o papel do Estado na composição das bases para o processo de internacionalização da indústria brasileira de construção civil foi mais do que essencial. Além de constituir grande parte da demanda interna e prospectar negócios externos por meio da diplomacia, como é o argumento de Cristaldo (2011); este também montou um arranjo sociometabólico propício para a valorização, acumulação e centralização de capital, gerindo a tríade Estado/Trabalho/Capital a partir de uma administração política mimética e pragmática.

Visto com base nessa ótica, talvez seja possível afirmar que a mera exposição dos arranjos organizacionais internos às empresas não dariam conta dos fatores dinâmicos que levaram a internacionalização. De fato, o contexto sócio-histórico-econômico parece ter antecedido, e mesmo demandado, as mudanças no plano interno das empresas. Porém, essa correlação depende de uma expansão da pesquisa aqui iniciada, e escapa do escopo do presente trabalho, o que se abre como um desafio futuro para investigação.

Referências

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro-São Paulo: Contraponto-Ed. Unesp, 1996.

- BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, L. (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 2 vols. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BJÖRKMAN, I. & FORSGREN, M. Nordic international business research: a review of its development. *International Studies of Management and Organization*, vol. 30, n.º 1, pp. 6-25, mar.-jun., 2000.
- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. Trad. Renée Barata Zicman. São Paulo: Nobel, 1990.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- . *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3.v.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3.ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- CAMPOS, P. H. P. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: Encontro de História Anpuh, 13., 2008, Rio de Janeiro. *Anais*. . . Rio de Janeiro: Anpuh, 2008. Disponível em <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1208458213_ARQUIVO_PedroHenriquePedreiraCampos.pdf>; acesso em 22-7-2009.
- CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 295-322.
- CASTRO, A. B. & SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CRISTALDO, R. C. *A indústria brasileira de construção civil entre 1964 e 1979: a constituição das bases para o processo de internacionalização*. Mestrado. Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 2011.
- CRISTALDO, R. C. & PEREIRA, C. M. A administração política e a gestão do modo de produção: processos gestoriais, da organização produtiva do trabalho até a economia-mundo capitalista. *Revista Brasileira de Administração Política*. vol. 1, n.º 1, pp. 71-93, out. 2008.
- GALBRAITH, J. K. *O novo estado industrial*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- GASPARI, E. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

- GASPARI, E. *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- . *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- . *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GONÇALVES, R. A empresa transnacional. In: KUPFER, D. & HASENCLEVER, L. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002, pp. 389-411.
- GREMAUD, A. P.; SAES, F. A. M. & TONETO JÚNIOR, R. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Trad. Marijane Vieira Lisboa & Otto Eich Walter Maas. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 2 vols. (Coleção Os Economistas).
- MANTEGA, G. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, K. Classes sociais e bonapartismo. In: IANNI, O. & FERNANDES, F. (orgs.). *Marx: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988, p. 110-24. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- . *Formações econômicas pré-capitalistas*. Trad. João Maia. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [199-].
- . *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer & Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- . *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa & Flávio R. Kothe. 3.^a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 5 vols. (Coleção Os Economistas).
- . *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. Trad. Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti & Walter Rehfeld. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- MARGLIN, S. A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. In: GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 38-89.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MILIBAND, R. *O estado na sociedade capitalista*. Trad. Fanny Tabak. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- OLIVEIRA, N. *Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado*. São Paulo: Loyola, 2004.
- PASTORI, G. Administração pública. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís & Renzo Dinip. 11.^a ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, pp. 10-7.
- PEREIRA, A. D. *Relações exteriores do Brasil III (1964-1990): do regime militar à “nova república”*. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Relações Internacionais).
- POULANTZAS, N. (org.). *Estado em crise*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- RIBEIRO, J. U. Política e administração. *Organizações & Sociedade*. Salvador, vol. 13, n.º 38, pp. 169-98, jul.-set. 2006.
- SANTANA, I. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 1970 a 1990. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 25, n.º 1, pp. 139-95, jan.-jun., 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a05.pdf>>; acesso em 21-2-2011.
- SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *A Administração Política como campo do conhecimento*. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SANTOS, Reginaldo Souza & RIBEIRO, Elizabeth Matos. A Administração Política brasileira. *Revista Brasileira de Educação Pública – RAP*, vol. 27, n.º 4, 1993.
- SCHERER; F. L.; GOMES; C. M. & KRUGLIANSKAS, I. The internationalization process of Brazilian companies: a study of multiple cases in the heavy construction industry. *BAR – Brazilian Administration Review*, Curitiba, vol. 6, n.º 4, pp. 280-98, out.-dez., 2009.
- VIZENTINI, P. F. *A política externa do governo militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.